ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – CEDD/GO, realizada em 25 de março de 2026. Aos vinte e cinco dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas e quarenta e cinco minutos (14h45min), iniciou-se a 26ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CEDD/GO, realizada em formato híbrido, de forma virtual por meio da plataforma Zoom acessada pelo link: https://us02web.zoom.us/j/82892903747?pwd=QdlHxYzhyLoeb5BNXu5OFAeNrx7tca.1, e de forma presencial no espaço do Instituto Total situado na Rua Rio Quente, nº 91, Qd. C-4, Lt. 17, Residencial Alphaville Flamboyant, Goiânia - GO. Audier, Presidente do CEDD/GO, pediu desculpas pelo atraso ocasionado pela forte chuva ocorrida durante o deslocamento para o local da reunião. Audier declarou aberta a sessão e, após a verificação de presenças e a constatação do quórum regimental, deu início aos trabalhos da 26ª Reunião Ordinária, Pedindo para que o servidor Maurício Marinho de Jesus procedesse à leitura da ordem do dia, composta pelos seguintes itens: I – Abertura e verificação de quórum; II – Comunicações da Presidência; III – Ordem do Dia: a) Apreciação e aprovação da Ata da 25ª Reunião Ordinária do CEDD/GO, realizada em 25 de fevereiro de 2026; b) Exposição do representante da REDE MOB com esclarecimentos acerca dos bloqueios e suspensões do Passe Livre da Pessoa com Deficiência, bem como outros assuntos correlatos aos usuários com deficiência no transporte coletivo; c) Exposição da Sra. Patrícia Ramos, Coordenadora Regional da Frente da Mulher com Deficiência no Estado de Goiás, abordando o tema: "A invisibilidade da violência contra a mulher com deficiência"; IV – Expediente e manifestações dos conselheiros presentes; V – Encerramento. Conselheiros presentes: 1. Audier Silva Gomes – Presidente, Representante da Política Estadual de Turismo; 2. Aldenor Carneiro dos Santos – Vice-Presidente, Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Visual – ADVEG; 3. Wilma Aparecida Duarte de Melo – Representante da Política Estadual de Assistência Social – SEDS/SUAS; 4. Ana Paula de Carvalho Ferreira Fernandes – Representante da Política Estadual de Planejamento e Desenvolvimento – Secretaria da Economia/GO (GEPLAN/GO); 5. Berlânia Sandra Gonçalves – Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Auditiva – AMDASGO; 6. Hélio Fogaça da Silva – Representante da Política Estadual de Atenção à Pessoa com Deficiência – SEDS/GEPDPD; 7. Mary Milane Pena Nedino – Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Intelectual – FEPESTALOZZI (Federação das Associações Pestalozzi do Estado de Goiás) (participação on-line); 8. Késia da Silva Caixeta – Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Física (Nanismo) – INN; 9. Sirlon de Almeida dos Santos – Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Visual – ADVEG. 10. Suely Marques Rosa – Política Estadual de Saúde – GAE/SPAIS/SES/GO; 11. Cairo José Guimarães – Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – SEÇÃO GOIÁS/OAB/GO; 12. Carlos Eduardo Alves e Souza – Representante das Entidades não governamentais Prestadoras de Serviço às Pessoas com Deficiência – VILA SÃO COTTOLENGO; 13. Róger Danillo Barcellos Santos Medeiros – Representante do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA/GO; registra-se, ainda, a presença dos Conselheiros Suplentes, em substituição aos titulares: 14. Aílton Rocha da Silva –

Representante da Política Estadual de Orçamento e Finanças Públicas – Secretaria da Economia/GO; 15. Andreia Lino do Carmo Bessa – Política Estadual de Educação – SEDUC/GO; 16. Otávio Oliveira Neto – Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Auditiva – ASG; 17. João de Deus de Farias Campos Júnior – Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Intelectual – APABB; Estando ausentes 8 (oito) conselheiros titulares. Não houve registro de justificativas protocoladas no e-mail institucional do CEDD/GO pelos conselheiros titulares. Registra-se a presença dos representantes suplentes visitantes: Warleysclene da Silva Santos – Política Estadual de Atenção ao Deficiente – SEDS/GEPDPD e Eliezer Rangel Cordeio – Representante das Entidades não governamentais Prestadoras de Serviço às Pessoas com Deficiência – AGIR/TEA; Registramos a presença da Sra. Patrícia Ramos, Coordenadora Regional da Frente da Mulher com Deficiência no Estado de Goiás, e o senhor Edivaldo Ramos; Também esteve presente o senhor José Henrique C. Raimundo, servidor da Gerência de Inclusão da SEDS; Registra-se, ainda, a presença dos representantes do Instituto Nacional de Nanismo a Dra. Paula Lima, Coordenadora da comissão de Direito do Instituto de Nanismo (participação online), Natália Borges Xavier, Aline Peres e o senhor Guilherme Carvalho da Silva, Operador de transmissão do Instituto Total; Registra-se a presença dos membros do Ministério Público de Contas do TCM/GO: Catharina R. Caiado Caixeta e Pedro de Albuquerque Maranhão. Registra-se a presença de representantes dos Conselhos Municipais: Alcilena do Carmo Silva - Conselho de Anápolis (participação on-line), Kelver Macedo de Araujo (Conselho de Formosa/GO – participação on-line) foram disponibilizados os intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras) Helena Vitória Sene dos Santos e Jorge Francisco da Silva. Secretariaram os Trabalhos da Mesa diretiva os servidores: Edilma Sales dos santos; Jesuíta Socorro Silva e Maurício Marinho de Jesus; Audier dá início ao primeiro ponto da pauta: aprovação da Ata da 25ª reunião ordinária do CEDD/GO; Audier submeteu a apreciação da Plenária a ata da 25ª (Vigésima quinta quinta) Reunião Ordinária, ocorrida em 25 de fevereiro de 2026, o Presidente questionou se havia alguma sugestão de acréscimo ou supressão à ata? Não havendo manifestações, solicitou que apenas os conselheiros contrários à sua aprovação se pronunciassem. Não havendo objeções, a ata foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Presidente Audier registrou seus agradecimentos ao Instituto de Nanismos no nome da Conselheira Késia anfitriã, pela acolhida e em seguida concedeu-lhe a palavra; Késia cumprimenta a todos, informa que é assistente social do Instituto Nacional de Nanismo, fala do quanto está feliz do instituto sediar a reunião do Conselho, que é muito importante para o Nanismo ocupar esses espaços principalmente se tratando de uma comunidade ainda muito invisibilizada, no País. Késia passa a palavra para Dra. Paula Lima, que está online em São Paulo; Dra. Paula é Advogada e coordenadora da comissão de Direitos do Instituto de Nanismo. Dra Paula se apresenta fazendo sua audiodescrição, comenta que está feliz em participar dessa reunião do conselho, pois esses espaços são fundamentais para dar visibilidade para o nanismo que é uma causa de pouca visibilidade. Fez um breve comentário sobre o nanismo que é considerado uma deficiência física, caracterizada por alterações do crescimento ósseos impactando na estatura e determinadas proporções corporais, contudo não tem prejuízo na capacidade intelectual ou cognitiva da

pessoa com nanismo, é importante mencionar e destacar que qualquer casal pode ter um filho com nanismo, e existe mais de 400 subtipos, sendo o mais comum acondroplasia que é o meu tipo de nanismo. Atualmente existe um tratamento único aprovado no mundo com o medicamento Voxzogo especifico para a Acondroplasia. Mas aqui no Brasil o acesso é somente por via Judicial, em razão do Alto custo restringe significativamente o alcance das pessoas. O tema está em análise na CONITEC para possível incorporação do SUS. Estamos com uma consulta pública aberta para avaliação e incorporação desse medicamento, a Késia depois envia o link no grupo e penso que seria importante a participação de todos nessa votação, pois necessitamos do alcance dessa consulta pública para que o medicamento seja incorporado, para mostrar a eficácia e os benefícios do medicamento que vão além dos centímetros e sim qualidade de vida. Historicamente, o nanismo é marcado por estigmas, invisibilidade e exclusão institucional. Ao falar, hoje, sobre violação de direitos nesse contexto, não tratamos de situações excepcionais, mas de uma realidade cotidiana marcada pela invisibilidade, por obstáculos recorrentes e por uma lógica social que, infelizmente, insiste em tratar nossos corpos como um problema, quando na verdade, o problema está na forma como os espaços, os serviços e as políticas públicas são estruturados. Quando o acesso não é garantido às pessoas com deficiência e as adaptações necessárias não são consideradas, a mensagem transmitida é clara: essas pessoas não foram levadas em conta. Isso não representa uma falha individual, mas sim uma responsabilidade do Estado e das instituições que continuam operando sob parâmetros que ignoram a diversidade humana. Menciono o caso do senhor Mateus, cidadão que não teve o seu direito reconhecido para tomar posse em concurso público. Esse caso foi levado ao STF, que reconheceu a violação dos direitos da pessoa com deficiência e, por meio da ADI 6476, assegurou a garantia desses direitos. Enfatizou, ainda, que essa situação constitui uma prática recorrente, especialmente em relação às pessoas com nanismo, que ainda seguem excluídas dos espaços institucionais, não por incapacidade, mas pela ausência de adaptações, sensibilidade e efetivo cumprimento da legislação. Ressaltou que o espaço de hoje é importante, pois nele se escuta, se troca experiências e se aprende, além de proporcionar visibilidade a essas vivências. Como mulher com nanismo, destacou a relevância de compartilhar experiências e de construir, coletivamente, caminhos de transformação, demonstrando à sociedade que essas pessoas fazem parte de todos os espaços e necessitam de adaptações e da garantia de seus direitos. Concluiu afirmando que somente por meio do diálogo será possível avançar e superar a invisibilidade histórica vivenciada por esse segmento. Ato contínuo, o próximo ponto da pauta seria a manifestação do representante responsável pelo transporte público na capital e na região metropolitana, com a apresentação de respostas e esclarecimentos acerca dos questionamentos e fatos relatados em ofícios encaminhados à CMTC. Ressaltou-se que, na reunião do mês de fevereiro, os representantes da CMTC se comprometeram, conforme registrado em ata, a encaminhar as demandas aos órgãos competentes e à REDEMOB, para que, nesta reunião de março, estivessem presentes trazendo os devidos esclarecimentos. Audier informou que tem enfrentado dificuldades para solucionar essa situação, mas acredita que será possível alcançar um entendimento satisfatório. Recordou que, desde setembro de 2025, quando a conselheira Késia relatou a dificuldade enfrentada pela pessoa com nanismo

para alcançar o validador do transporte coletivo, bem como outros entraves relacionados ao tema, o Conselho vem buscando providências. Entretanto, foi informado pela CMTC que a pessoa responsável por prestar os esclarecimentos não poderia comparecer, em razão de estar envolvida com a inauguração do Terminal Padre Pelágio. O vice-presidente Aldenor sugeriu a realização de uma reunião extraordinária em frente à REDEMOB, com a participação de todos os representantes dos órgãos responsáveis pelo transporte público, diante da dificuldade em encontrar soluções para a demanda. Propôs, ainda, a realização de uma vivência prática, a fim de demonstrar os reais problemas enfrentados pelas pessoas com deficiência na utilização do transporte coletivo. Dr. Cairo sugere que talvez seria melhor na frente da CMTC, mas concorda que em qualquer um desses lugares o importante é estar presente as pessoas que possam resolver a situação. O presidente Audier colocou em votação a seguinte proposta: realizar uma reunião extraordinária com os entes ligados ao transporte público, seja a CMTC, a REDEMOB ou a própria Câmara Deliberativa do Transporte Público. Deliberou-se, ainda, que essa reunião extraordinária ocorreria em frente a um desses órgãos, com o objetivo de promover uma vivência prática que demonstrasse as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência na utilização do transporte coletivo. Submetida à apreciação do plenário, a proposta foi aprovada por unanimidade. Audier destacou que esse é o objetivo pretendido e ressaltou a importância da participação das entidades. Informou que a reunião ainda não possuía data definida, sendo posteriormente comunicados, no grupo oficial, a data e o local. Acrescentou que o encontro deverá ocorrer no mês de abril, em frente a um dos órgãos responsáveis pela gestão do transporte público em Goiânia e na região metropolitana. Passou-se, em seguida, ao próximo ponto da pauta, referente à fala da Senhora Patrícia Ramos, importante representante do movimento social da pessoa com deficiência, que abordaria o tema: **"A invisibilidade da violência contra a mulher com deficiência"**. Audier pontuou que a grande dificuldade para a construção de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência sofrida pela mulher com deficiência reside na ausência de dados específicos. Relatou que o Conselho entrou em contato com a Delegacia da Pessoa com Deficiência, onde foi informado de que não possuíam esses dados. Da mesma forma, ao contatar a Secretaria de Segurança Pública e a Delegacia da Mulher, também não houve informações disponíveis. Destacou que isso ocorre porque não são realizados recortes adequados nas estatísticas, tratando-se a mulher de forma genérica, sem considerar marcadores relevantes, como raça, deficiência ou situação de vulnerabilidade socioeconômica. Ressaltou, por fim, que a produção desses dados é fundamental, pois subsidia e justifica a formulação de políticas públicas efetivas. O Presidente passou a palavra à Senhora Patrícia Ramos, que iniciou sua fala agradecendo, de forma especial, ao Instituto Nacional de Nanismo por receber todos os presentes na reunião. Estendeu seus cumprimentos às mulheres com nanismo que acompanhavam o encontro presencialmente, às que estavam ouvindo e àquelas que posteriormente tomariam conhecimento da discussão, convidando-as a se somarem a essa luta. Agradeceu, ainda, ao Presidente Audier pelo convite. Na sequência, destacou a importância do movimento social e afirmou que seu objetivo é trazer todas as mulheres para o centro dessa luta. Em tom de reflexão, lançou os seguintes questionamentos: quem decide quem pode falar? Quem define a legitimidade da participação nos espaços de controle social, de debate e de encaminhamento? Ressaltou que essas são perguntas que precisam ser respondidas. Acrescentou que não basta apenas fazer parte ou

adentrar esses espaços; é necessário garantir condições efetivas para que essas mulheres sejam ouvidas. Destacou esse como o primeiro ponto fundamental da discussão. Retomando a fala do Presidente, mencionou a grave questão da invisibilidade das mulheres com deficiência e indagou por que essa realidade ainda persiste. Ressaltou que, de fato, faltam dados concretos. Não existem, por exemplo, informações sobre quantas mulheres com deficiência estão há mais de dez anos sem realizar um exame preventivo por ausência de maca acessível ou de equipamentos adequados que permitam a uma mulher usuária de cadeira de rodas realizar o procedimento com autonomia, sem ser submetida a situações constrangedoras. Patrícia destacou que a mulher surda, muitas vezes, não encontra profissional capacitado que possa explicar o que está acontecendo durante o atendimento ou sequer compreender adequadamente sua queixa clínica. Ressaltou que, em diversas situações, essa mulher comparece acompanhada por terceiros, os quais acabam assumindo a interlocução e os cuidados, como se ela fosse incàpaz de exercer autonomia sobre o próprio corpo. Frisou que é justamente sobre essas situações que se está tratando. Acrescentou que a violência contra a mulher com deficiência não decorre apenas da questão de gênero, mas também da condição de deficiência, da qual muitas pessoas se aproveitam para praticar diferentes formas de violência, tais como patrimonial, psicológica, física, sexual e moral. Ressaltou que aquele era um espaço de controle social e que tanto as entidades da sociedade civil ali presentes quanto os representantes do poder público precisam se comprometer com essa pauta. Enfatizou que todos os presentes têm uma mulher em suas vidas e que não faz mais sentido aceitar a permanência dessa subnotificação. Informou que esse é um pleito apresentado pela Coordenação Regional da Frente da Mulher com Deficiência, vinculada à Frente Nacional da Mulher com Deficiência, liderada por mulheres de destaque nos cenários nacional e internacional, e que vem estruturando coordenações regionais nos estados. Relatou que, em Goiás, foi recentemente instituído um grupo de comunicação reunindo mulheres com deficiência, com a finalidade de levar suas pautas aos espaços de controle social, gestão pública e demais instâncias onde se formulam e executam políticas públicas. Salientou que desejam estar presentes nesses espaços, não apenas simbolicamente, mas para serem ouvidas e respeitadas em suas singularidades. Como ponto central, destacou que vivemos em uma sociedade de cultura patriarcal e que é necessário refletir sobre qual modelo de mulher essa sociedade construiu. Segundo expôs, trata-se de uma mulher idealizada como alguém sem características corporais que a coloquem em desvantagem perante as demais, devendo possuir força física, estatura dentro de um padrão, capacidade de enxergar, andar, ouvir e faculdades intelectuais consideradas "normais". Observou que esse é o padrão de mulher definido por essa lógica patriarcal. Dirigindo-se ao Presidente, afirmou que é justamente por essa razão que as mulheres com deficiência não aparecem nos números oficiais. Questionou quantas mulheres adquiriram deficiências em decorrência da violência doméstica ou de acidentes de trânsito, ressaltando a invisibilidade desses dados. Questionou até quando vamos continuar aceitando que essas mulheres permaneçam invisíveis nas estatísticas oficiais. Ressaltou que, enquanto essa omissão persistir, o capacitismo continuará sendo reproduzido por meio de comportamentos opressivos que a sociedade ainda insiste em manter contra as mulheres e, de forma ainda mais intensa, contra as mulheres com deficiência. Destacou que essas

mulheres são frequentemente tratadas como incapazes, como se não pudessem sequer fazer suas próprias escolhas ou conduzir a própria vida com autonomia. Muitas vezes, lhes é imposto um estado permanente de vigilância e tutela, como se precisassem sempre de autorização, acompanhamento ou proteção para ocupar os espaços públicos. Citou, inclusive, a observação feita anteriormente por Natália, no sentido de que até mesmo ao caminhar na rua essas mulheres são orientadas a redobrar cuidados diante das barreiras e violências a que estão expostas. Concluiu afirmando que tais práticas não podem mais ser naturalizadas nem aceitas. A misoginia também é uma questão muito séria, que precisamos trazer para nossas discussões. Ela anula, cada vez mais, o corpo da mulher com deficiência, pois há um sentimento de ódio que se perpetua nessas relações e, certamente, a deficiência torna-se mais um fator para que essa mulher seja negada e excluída na sociedade. podemos aceitar que mulheres sem deficiência falem por nós. Da mesma forma, também não se pode presumir que uma única mulher com deficiência represente todas as demais, pois existem diferentes deficiências, realidades e necessidades que precisam ser reconhecidas e respeitadas. Quando se soma o marcador racial, a situação torna-se ainda mais difícil. Por isso, precisamos tratar da interseccionalidade em nossas ações e políticas públicas. Estamos aqui fazendo um chamamento à Coordenação Regional da Mulher com Deficiência para que possamos participar da construção do Plano Estadual da Pessoa com Deficiência. Queremos ter voz e queremos que este Conselho, Senhor Presidente, trate a pauta da mulher com deficiência não de forma segregada, mas como uma temática que merece atenção prioritária, diante da grave situação de violência que enfrentamos e que revela uma verdadeira epidemia de violência contra as mulheres. Sabemos que existem grupos formados por homens que ensinam outros homens sobre como agir quando recebem uma negativa de uma mulher. Chegamos a esse ponto. Diante disso, pedimos que, em todas as discussões realizadas neste Conselho, a pauta da mulher com deficiência seja considerada e incluída de forma permanente. Estamos tratando de pessoas que possuem singularidades e diferentes marcadores sociais. O gênero, por si só, não define todas as experiências; contudo, quando há desigualdade, ela oprime e exclui. Esse era o assunto que gostaria de trazer a todos. Quero agradecer a cada pessoa presente e também sugerir às entidades de pessoas com deficiência aqui representadas que criem, em suas estruturas, uma coordenação da mulher com deficiência. Não faz sentido que essa pauta ainda não esteja institucionalmente organizada. Outra questão: vamos lutar para que a mulher com deficiência esteja nos espaços de decisão e poder. O homem branco com deficiência não nos representa em toda a nossa diversidade. Queremos estar em condição de equiparação de oportunidades. Não se pode tratar igualdade como se bastasse colocar um homem e uma mulher lado a lado e afirmar que há igualdade. Não. Isso é desigualdade, quando as diferenças não são consideradas. Dirijo-me também aos conselheiros do poder público e às diferentes secretarias aqui representadas, para que compreendam o papel de cada um diante da menina e da mulher com deficiência. Trata-se de tema extremamente sério, tanto que a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência traz dispositivo específico sobre esse assunto. Estamos diante de uma responsabilidade coletiva de tratar essas questões não como pauta isolada, mas como agenda permanente voltada à equiparação de oportunidades e à equidade. Esse é o nosso desafio. Informou, ainda, que acontecerá em Brasília o Encontro Nacional da Frente da Mulher com Deficiência, reunindo mulheres de todo o Brasil. Na oportunidade, divulgou os endereços das

redes sociais para que todos possam acessar, acompanhar e interagir. Dirigiu-se aos homens presentes, pedindo que sejam aliados e participem das reuniões. Ressaltou que não defendem encontros exclusivamente femininos, exceto quando a pauta envolver questões íntimas e específicas. Acrescentou que não desejam eventos simbólicos voltados apenas à entrega de flores ou discursos que reforcem fragilidade feminina. Rechaçou a ideia de que a mulher possui apenas habilidades de cuidado por ter emocional mais aguçado que o homem. Afirmou que as mulheres são racionais e podem ocupar todos os espaços, tanto quanto os homens. Defendeu, por fim, a necessidade de decolonizar esse discurso colonial e excludente. Dirigindo-se ao Presidente, enquanto Coordenação Regional, solicitou a criação, no âmbito deste Conselho, de um mecanismo permanente para que a pauta da mulher com deficiência integre todas as ações de participação social em Goiás. Questionou, ainda, ao conselheiro Hélio, de que forma poderiam participar e contribuir com o referido plano, destacando que ele precisa incorporar as vozes dessas mulheres. Relatou que, ao buscar atendimento na Delegacia da Mulher, muitas mulheres com deficiência são informadas de que já existe uma delegacia específica para "PCD". Destacou primeiro que não somos PCD, que pessoas com deficiência não são rótulos e fez um apelo para que esse tipo de nomenclatura discriminatória seja superado. Defendeu que todas as delegacias estejam preparadas para atender mulheres com deficiência. Ressaltou a urgência de capacitação adequada para os profissionais que receberão essas mulheres, pois muitas ainda são culpabilizadas pelas violências sofridas, enquanto se atribui razão ao agressor. Alertou que, se a pessoa responsável pela oitiva não compreender acessibilidade e marcadores sociais, a subnotificação continuará ocorrendo. Informou, também, que atua no Ministério da Previdência e que estão em discussão propostas relacionadas à aposentadoria especial da pessoa com deficiência, buscando contemplar as desigualdades existentes no Brasil. Salientou que, sob a perspectiva da equiparação de oportunidades, é possível pensar em benefícios previdenciários que considerem os impactos da violência imposta ao corpo da mulher com deficiência. Encerrou agradecendo a atenção de todos. Audier passou ao último ponto da pauta, referente às comunicações dos presentes. Informou que, nos dias 26 e 27 de março, quinta e sexta-feira, ocorrerá em Brasília o Encontro Nacional da Mulher com Deficiência. Comunicou, ainda, que participará de reunião do CONADE no mês de abril. Em seguida, passou a palavra à conselheira Rosa Maria, representante da área da saúde, que apresentou a Rede Nascer em Goiás, projeto em andamento há mais de um ano e meio. Explicou que a iniciativa busca estimular as gestantes a cuidarem melhor da saúde e oferecer aos profissionais maior direcionamento para um parto mais adequado e humanizado, contribuindo também para a prevenção de determinados tipos de deficiência. Destacou que o diferencial do projeto é o serviço de call center, no qual atuam as chamadas "madrinhas", responsáveis por atender ligações e esclarecer dúvidas de gestantes e de mães com bebês de até dois anos de idade. Esclareceu que se trata de programa do Governo do Estado, inspirado também na antiga Rede Cegonha, atualmente denominada Rede Alyne, política do Ministério da Saúde voltada à garantia de atendimento humanizado e seguro às gestantes. Rosa informou, ainda, que será iniciada a vacinação contra a influenza para grupos prioritários, bem como para profissionais da segurança pública, salvamento, motoristas do transporte público, entre outros segmentos. Na sequência, Dr. Cairo relatou que recentemente houve publicação no grupo do FIMTPODER sobre a utilização de impressoras Braille em Goiás. Informou que já havia

tratado do assunto com Patrícia, com o Presidente da ADVEG e também com Audier. Explicou que se trata de convênio entre o Ministério da Educação e a Secretaria de Estado da Educação. Pontuou que a principal dúvida é saber onde estão essas impressoras, se há profissionais capacitados para operá-las e se realmente estão sendo utilizadas. Diante disso, solicitou que o Conselho encaminhe ofício à Secretaria de Educação requerendo informações sobre a localização dos equipamentos, a forma de utilização e demais esclarecimentos pertinentes. Dr. Cairo também comentou que, em relação à Comissão de Fiscalização, foram encaminhados dois ofícios. O primeiro, ao FIMTPODER, tratando da empregabilidade do para-atleta, em encaminhamento semelhante ao já debatido por este Conselho. O segundo refere-se ao projeto de lei de autoria do vereador Lucas Kitão, que flexibiliza o licenciamento de construções e edificações em Goiânia. Informou que foi encaminhada manifestação contrária à aprovação da proposta. Acrescentou que ainda aguarda informações sobre o andamento e os desdobramentos desse projeto. Na sequência, o conselheiro Aldenor solicitou a palavra e ponderou que as pautas das reuniões têm sido apreciadas ou publicadas em data muito próxima à realização dos encontros. Ressaltou que essa prática dificulta que as entidades de defesa de direitos tenham tempo hábil para debater internamente os temas e formular contribuições qualificadas. Dessa forma, apresentou reivindicação da ADVEG, acreditando ser também demanda de outras entidades, no sentido de que a pauta seja publicada com antecedência mínima de cinco dias, para que as organizações possam se preparar e contribuir de forma efetiva com os assuntos a serem discutidos. Acrescentou que trazia esse pedido em nome da associação e comprometeu-se a colaborar também no âmbito da Mesa Executiva, a fim de aprimorar esse processo e permitir que o debate ocorra não apenas durante as reuniões, mas também previamente, no interior das entidades representativas. Destacou que as pautas do Conselho devem servir de estímulo para que os segmentos debatam temas relevantes, como, por exemplo, a acessibilidade no transporte coletivo, assunto de interesse tanto da ADVEG quanto da Associação dos Deficientes Físicos. Concluiu afirmando ser extremamente importante que essas temáticas partam dos segmentos representados e retornem a eles de forma estruturada. Em seguida, o conselheiro Eliezer solicitou a palavra ao Presidente para aproveitar a oportunidade e convidar todos os presentes para a audiência pública que ocorrerá no dia 15 de abril, na Câmara Municipal de Vereadores, com o objetivo de discutir a acessibilidade no evento da Pecuária. Relatou que, no ano anterior, houve uma situação extremamente negativa relacionada ao tema e que, neste ano, a Câmara Municipal, por iniciativa do vereador Willam Veloso, está promovendo a audiência pública como forma de chamar atenção para essa questão e buscar soluções adequadas. Na sequência, o senhor Kelvem Macedo, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência do município de Formosa, solicitou a palavra. Contudo, não foi possível compreender sua manifestação em razão de dificuldades na comunicação. Audier agradeceu sua participação, pediu desculpas pelo ocorrido e solicitou que ele entrasse em contato posteriormente com o Conselho, a fim de agendar conversa para esclarecimento de dúvidas e repasse de informações sobre o andamento dos atendimentos relacionados ao Conselho de Formosa. Audier passou a palavra à conselheira Mary Milane, representante da Federação das Pestalozzi. Mary informou que já estava a caminho da reunião, porém, em razão da forte chuva, precisou

retornar para Anápolis. Ainda assim, trouxe boas notícias para o Estado de Goiás, por meio da Federação Estadual das Associações Pestalozzi, a qual representa neste Conselho. Relatou que, em comemoração ao centenário da Pestalozzi no Brasil, estavam acontecendo, naquela semana, os Jogos Paradesportivos Nacionais do Movimento Pestalozziano, na cidade de Aracaju, Sergipe. Informou que o Estado de Goiás estava representado por três associações Pestalozzi, dos municípios de Caldas Novas, Catalão e Senador Canedo. Esclareceu que as delegações goianas participavam das modalidades de natação, tênis de mesa paralímpico, bocha, futsal e atletismo. Acrescentou que, até o início da reunião, já havia excelentes resultados para Goiás: uma medalha de ouro nos 25 metros natação e duas medalhas de bronze, uma na categoria feminina e outra na masculina, também nos 25 metros. Informou, ainda, que Goiás disputaria, naquela tarde, a semifinal contra o Rio de Janeiro, manifestando expectativa de novas conquistas para o Estado nos Jogos Paradesportivos Nacionais. Ao final, agradeceu pela oportunidade de compartilhar as informações. Na sequência, Audier agradeceu a participação de todos os presentes na reunião e dirigiu cumprimentos a senhoras, senhores, conselheiros, conselheiras, convidados e convidadas, reiterando agradecimento pela presença e participação de todos. Agradeceu especialmente à Senhora Patrícia Ramos, ao senhor Edivaldo Ramos, que também esteve presente na reunião, e à conselheira Késia, solicitando que levasse os agradecimentos ao Instituto Nacional de Nanismo por ter sediado encontro tão importante. Em seguida, solicitou que fossem evitados pedidos de links para participação remota, exceto em situações extremas, como a vivenciada pela conselheira Mary Milane. Explicou que servidores ou representantes que estejam simultaneamente atendendo demandas em suas secretarias ou entidades não conseguem participar adequadamente da reunião, sendo humanamente inviável conciliar ambas as atividades. Informou que tais solicitações passarão a ser melhor disciplinadas e que poderá haver limitação do envio de links apenas para participantes que estejam fora do município, pedindo compreensão de todos para que os pedidos ocorram somente em casos realmente excepcionais. Agradeceu novamente a presença de todos e ressaltou a importância de conhecer um pouco mais sobre a história do nanismo e sobre as vivências enfrentadas diariamente por essas pessoas. Fez, ainda, um apelo para que todos refletissem sobre os temas debatidos durante a reunião. Na sequência, Késia informou que, caso alguém desejasse, poderia levar material impresso e exemplares da revista disponibilizada, bem como ajudar na divulgação desse trabalho. Também solicitou apoio à consulta pública em andamento, destacando que o preenchimento seria rápido, demandando no máximo cinco minutos. Ressaltou tratar-se de medicação capaz de transformar a vida de muitas crianças no país e afirmou que esse era um momento histórico para as pessoas com nanismo, razão pela qual contavam com o apoio de todos. O Presidente Audier encerrou a reunião agradecendo a participação de todos os presentes. Não havendo mais assuntos a tratar, declarou encerrada a 26ª Reunião Ordinária do CEDD/GO, às 16h36min. Eu, Maria Goreti da Silva Rodrigues, Secretária-Geral da Mesa Diretora do CEDD/GO, lavrei a presente ata, que será assinada por mim, pelo Presidente e por um(a) Conselheiro(a). Goiânia, 25 de março de 2026.

Documento assinado digitalmente
gov.br AUDIER SILVA GOMES
Data: 12/06/2026 11:20:42-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Maria Goreti da Silva Rodrigues
Secretária Geral do CEDD/GO

Audier Silva Gomes
Presidente do CEDD/GO

Conselheiro(a)

CEDD-GO

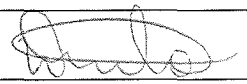
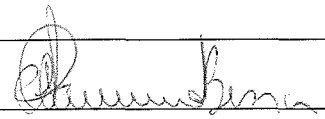
Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência

LISTA DE PRESENÇA

26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEDD/GO BIÊNIO 2026/2027

25 DE MARÇO DE 2026 / 14h

(PRESENCIAL)

CONSELHEIRO	TITULAR / SUPLENTE	POLÍTICA/ÓRGÃO	ASSINATURA
Wilma Aparecida Duarte de Melo	TITULAR	Política Estadual de Assistência Social/SEDS/SUAS	
Aparecida de Fátima de Oliveira	SUPLENTE	Política Estadual de Assistência Social/SEDS/SUAS	
Nicolle Aranha Carvalho	TITULAR	Política Estadual da Criança, Adolescente e Juventude/SUCAJ/SEDS	
Renilton Borges Santana	SUPLENTE	Política Estadual da Criança, Adolescente e Juventude/SUCAJ/SEDS	
Weberson de Oliveira Morais	TITULAR	Política Estadual de Educação/SEDUC-GO	
Andreia Lino do Carmo Bessa	SUPLENTE	Política Estadual de Educação/SEDUC-GO	
Patrícia Gomes Fleuri Cunha	TITULAR	Política Estadual de Desenvolvimento e Inovação/SECTI (SEDI-GO)	
Ana Paula da Costa Oliveira	SUPLENTE	Política Estadual de Desenvolvimento e Inovação/SECTI (SEDI-GO)	
Ana Paula de Moraes	TITULAR	Política Estadual de Desportos e Lazer/SEEL-GO	
Thelma Tavares de Araújo Santos	SUPLENTE	Política Estadual de Desportos e Lazer/SEEL-GO	

CEDD-GO
Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência

LISTA DE PRESENÇA

26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEDD/GO BIÊNIO 2026/2027

25 DE MARÇO DE 2026 / 14h

(PRESENCIAL)

CONSELHEIRO	TITULAR / SUPLENTE	POLÍTICA/ÓRGÃO	ASSINATURA
Sweyka Brandão	TITULAR	Política Estadual de Cultura, Juventude e Turismo/ SECULT-GO	
Sheilla Cláudia Ribeiro	SUPLENTE	Política Estadual de Cultura, Juventude e Turismo/ SECULT-GO	
Camila Inácia da Mata Marques	TITULAR	Política Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável / SEMAD-GO	
Reginaldo Moreira dos Santos	SUPLENTE	Política Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável / SEMAD-GO	
Juarez Souza Reis Rosa	TITULAR	Política Estadual de Orçamento e Finanças Públicas/ ECONOMIA-GO (SEFAZ-GO)	
Ailton Rocha da Silva	SUPLENTE	Política Estadual de Orçamento e Finanças Públicas/ ECONOMIA-GO (SEFAZ-GO)	Ailton Rocha da Silva
Suely Marques Rosa	TITULAR	Política Estadual de Saúde - GAE/SPAIS/SES-GO	Suely Marques Rosa
Rosa Maria Martins Viera	SUPLENTE	Política Estadual de Saúde - GAE/SPAIS/SES-GO	Rosa Maria M Viera
Ana Paula de Carvalho Ferreira Fernandes	TITULAR	Política Estadual Planejamento e Desenvolvimento / ECONOMIA-GO (SEGPLAN-GO)	Ana Paula de C. F. Fernandes
Reginaldo Duarte Bitencourt	SUPLENTE	Política Estadual Planejamento e Desenvolvimento / ECONOMIA-GO (SEGPLAN-GO)	

CEDD-GO

Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência

LISTA DE PRESENÇA

26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEDD/GO BIÊNIO 2026/2027

25 DE MARÇO DE 2026 / 14h

(PRESENCIAL)

CONSELHEIRO	TITULAR / SUPLENTE	POLÍTICA/ÓRGÃO	ASSINATURA
	TITULAR	Política Estadual do Trabalho, Geração de Emprego e Renda/GERÊNCIA SINE/SEC. DA RETOMADA	
Ana Paula Alves dos Santos	SUPLENTE	Política Estadual do Trabalho, Geração de Emprego e Renda/GERÊNCIA SINE/SEC. DA RETOMADA	
Edimar Alves Boreges	TITULAR	Política Estadual de Transportes/GOINFRA (AGETOP)	
Verena Lustoza Silva	SUPLENTE	Política Estadual de Transportes/GOINFRA (AGETOP)	
Hélio Fogaça da Silva	TITULAR	Política Estadual de Atenção ao Deficiente – SEDS /GEPDPD	
Warleysclene da Silva Santos	SUPLENTE	Política Estadual de Atenção ao Deficiente – SEDS /GEPDPD	
Audier Silva Gomes	TITULAR	Política Estadual de Turismo	
	SUPLENTE	Política Estadual de Turismo	
Berlânia Sandra Gonçalves	TITULAR	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Auditiva – AMDASGO	Berlânia Gonçalves
Bruno de Faria Silva	SUPLENTE	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Auditiva – AMDASGO	

CEDD-GO

Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência

LISTA DE PRESENÇA

26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEDD/GO BIÊNIO 2026/2027

25 DE MARÇO DE 2026 / 14h

(PRESENCIAL)

CONSELHEIRO	TITULAR / SUPLENTE	POLÍTICA/ÓRGÃO	ASSINATURA
Henrique da Silva Machado	TITULAR	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Auditiva – ASG	
Otávio Oliveira Neto	SUPLENTE	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Auditiva – ASG	Otávio Oliveira Neto
Késia da Silva Caixeta	TITULAR	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Física – Instituto Nanismo	Késia da Silva Caixeta.
Linda Lúcia Arantes	SUPLENTE	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Física – ADFEGO	
Elizabeth Mendes Ramos	TITULAR	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Física – AOG-GO	
Maria Goreti da Silva Rodrigues	SUPLENTE	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Física – AOG-GO	
Mary Milane Pena Nedino	TITULAR	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Intelectual – FEPESTALOZZI (Federação das Associações Pestalozzi do Estado de Goiás)	
Lourdes Aparecida da Silva	SUPLENTE	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Intelectual - FEAPAES (Federação das APAES - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais)	
Andrea Gutierres Mesquita Gonçalves	TITULAR	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Intelectual – APABB	
João de Deus de Farias Campos Júnior	SUPLENTE	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Intelectual - APABB	João de Deus Júnior

CEDD-GO

Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência

LISTA DE PRESENÇA

26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEDD/GO BIÊNIO 2026/2027

25 DE MARÇO DE 2026 / 14h

(PRESENCIAL)

CONSELHEIRO	TITULAR / SUPLENTE	POLÍTICA/ÓRGÃO	ASSINATURA
Aldenor Carneiro dos Santos	TITULAR	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Visual – ADVEG	
Marília Martins de Sousa	SUPLENTE	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Visual – ADVEG	
Sirlon de Almeida Santos	TITULAR	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Visual – ADVEG	
Júlio César Silva do Vale	SUPLENTE	Representante do Segmento da Pessoa com Deficiência Visual – ADVEG	
Carlos Eduardo Alves e Souza	TITULAR	Representante das Entidades Não Governamentais Prestadoras de Serviço às Pessoas com Deficiência – VILA SÃO COTTOLENGO	
Eliezer Rangel Cordeiro	SUPLENTE	Representante das Entidades Não Governamentais Prestadoras de Serviço às Pessoas com Deficiência – AGIR/TEA	
Cairo José Guimarães	TITULAR	Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – SEÇÃO GOIÁS/OAB-GO	
Rondinelio da Costa Silverio	SUPLENTE	Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – SEÇÃO GOIÁS/OAB-GO	

CEDD-GO

Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência

LISTA DE PRESENÇA

26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEDD/GO BIÊNIO 2026/2027

25 DE MARÇO DE 2026 / 14h

(PRESENCIAL)

CONSELHEIRO	TITULAR / SUPLENTE	POLÍTICA/ÓRGÃO	ASSINATURA
Roger Danillo Barcellos Santos Medeiros	TITULAR	Representante do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA	Roger Barcellos
Maria do Socorro de A. Nascimento	SUPLENTE	Representante do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA	

CEDD-GO

Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência

LISTA DE PRESENÇA

26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEDD/GO BIÊNIO 2026/2027

25 DE MARÇO DE 2026 / 14h

(PRESENCIAL)

VISITANTE	TELEFONE / CELULAR	ÓRGÃO	ASSINATURA
Madena Vitória D. Dantas	62 98205 9880	INTÉRPRETE DE LIBRAS	Madena Vitória
Jorge Francisco da Silva	62 99134-5099	INTÉRPRETE DE LIBRAS	
Pedro de A. Maranhão	62-98123 9857	MPC - TCM/GO	
[illegible]	62-9 9478 2278	SEDS - GO	
CATHARINA R. CAMATA CAIXETA	62 99144 2010	MPC - TCM	
Natália Borges Xavier	62 9180-2592	INN - Saúde	Natália Borges Xavier
Guilherme Cabralho de Silva	62 9857 6 1730	Operador de Transmissão ao VIVO	
Jane Peres		INN	

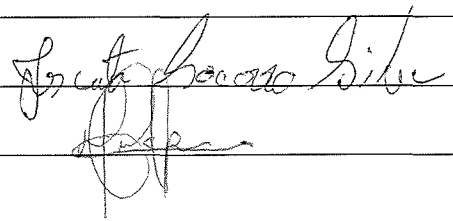
CEDD-GO
Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência

LISTA DE PRESENÇA (servidores do CEDD/GO)

26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEDD/GO BIÊNIO 2026/2027

25 DE MARÇO DE 2026 / 14h

(PRESENCIAL)

SERVIDOR	FUNÇÃO	ASSINATURA
Edilma Sales dos Santos	Assistente Administrativo do CEDD/GO	
Jesuíta Socorro Silva	Assistente Administrativo do CEDD/GO	
Mauricio Marinho de Jesus	Assistente Administrativo do CEDD/GO	